

Contribuições da antropologia para formuladores de políticas públicas de inclusão

Profa. Dra. Edileine Vieira Machado¹

Resumo: O artigo apresenta reflexão sobre o conceito de política, comenta uma proposta política atual de inclusão e a contribuição da antropologia filosófica, também, para os formuladores das políticas públicas. Quando se tem a consciência do que é o ser, do que é o ente, ter-se-á compreendido que o ato de governar deve ser em prol do bem-comum e não do bem próprio.

Palavras Chave: Políticas públicas de inclusão; espaço inclusivo; antropologia.

Abstract: The article presents reflections on the concept of politics, discusses a proposal to include current policy and the contribution of philosophical anthropology, also for public policy makers. When there is awareness of what is a being, what is a person, there will be understanding that the act of governing should be in favor of the common good.

Keywords: Public policies of inclusion, inclusive space; anthropology.

Entendemos Políticas Públicas como respostas que o governo dá às demandas sociais consideradas coletivas. Portanto, para tornar-se uma demanda social é preciso que um problema se torne um problema coletivo com repercussão em uma dada comunidade municipal, estadual ou nacional. Hoje um problema nacional é a questão da inclusão que urge por uma resposta, mas diferente das quais temos ouvido, lido, assistido, presenciado – precisamos de uma resposta que leve em conta a pessoa e, ainda, que possibilite a ela a superação da sua dificuldade do hoje rumo a um futuro melhor, com perspectivas, esperança de poder se sentir sujeito da sua própria vida e da comunidade em que vive, de decidir com liberdade pelo que ela acredita ser bom para ela e, principalmente, que se sinta respeitada. Para ilustrar uma posição contrária em que não se leva em conta a pessoa, podemos citar o caso que está nas páginas dos jornais nacionais, a respeito de política pública “ideológica” que não levou em conta a pessoa para qual essa deveria ser uma resposta a sua demanda: foi anunciado o encerramento das atividades de 2 grandes centros de referência nacional na área da inclusão que são: Instituto Benjamin Constant – IBC e Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES. Por sorte, com a mobilização da sociedade civil, Ministro da Educação se pronunciou e negou o anúncio feito pela atual diretora nacional de Políticas Educacionais Especiais. Esse fato pode nos ajudar a compreender o valor da reflexão antropológica para as políticas de inclusão, mais especificamente na formação tanto de profissionais da área da educação, das demais áreas de conhecimento, assim como dos formuladores das políticas públicas. Nessa mesma linha, podemos também refletir sobre a questão de um problema nacional gritante em nossa sociedade que é o da fome e, como resposta a essa demanda, respostas paliativas do governo, como bolsas de diversas naturezas, mas que não resolvem o problema, nem dão autonomia para as pessoas terem uma projeção para o futuro. E se o governo muda? O outro irá continuar com essas bolsas? Não vou me alongar com esses comentários, porque mereceria um estudo social, econômico e político aprofundado, o que não é o caso

¹ Professora Doutora pela Universidade de São Paulo. Professora no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Cidade de São Paulo. Coordenadora do NEPIS – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Inclusão Social. Integra o Instituto Sagres – Conhecimento e Desenvolvimento. Integra a Rede Internacional de Pesquisadores de Estudos Humanísticos – RIPEH (www.institutosagres.com.br).

desse artigo e nem mesmo objeto de estudo da autora. Trago esses questionamentos aqui para juntos refletirmos sobre o tema desse artigo: o valor da reflexão antropológica para as políticas públicas de inclusão.

Compreendi a importância do pensamento filosófico como caminho para diálogo entre diferentes discursos.

Segundo Silva (2009):

Não basta a mera afirmação, mas há a necessidade de argumentação mediante o diálogo e “vence” o discurso que apresente maior razoabilidade, que seja mais convincente. Desse modo, as contradições e incoerências do discurso podem ser constatadas e, uma vez, percebidas, ser objeto de exame mais acurado. Por isso, o pensamento filosófico apresenta como características marcantes a busca de ser radical – no sentido de busca da raiz da realidade –; rigoroso – no sentido de coerência interna do discurso –; global – no sentido de levar em conta a totalidade de fatores presentes na situação. A busca de um pensamento global, radical e rigoroso leva à convicção de ser possível alcançar a totalidade de conhecimento possível sobre um dado objeto (p.28).

A composição do discurso que permite descobrir a verdade e construir o diálogo é constituída por conceitos organizadores. Dentro do campo educacional, existe a inclusão escolar e, dentro do campo da inclusão, podemos destacar alguns conceitos organizadores: ser educador; Sujeito; dignidade humana; currículo; equidade; participação; trabalho humano; entre outros.

Ser educador: *hoje, e sempre, é ser portador de uma mensagem de esperança de que o ser humano pode ser modificado para melhor* (Silva, 2003, p. 66).

Sujeito: *relaciona-se inteligentemente com a realidade, julgando-a e se posicionando, de modo que opte responsabilmente por suas decisões. Um sujeito é capaz de dizer: Concordo, não concordo, gostei ou não gostei.* (Silva: 2003, p. 67).

Dignidade humana, segundo Silva, somente poderá ser construída e respeitada se a pessoa, no caso o professor ou dirigente, *tiver experiência pessoal forte dessa dignidade, vivenciada pessoalmente.*

Se queremos incluir a todos, conviver com todos e, no caso da educação, propor uma situação educativa que tenha sucesso, eu preciso me comunicar, preciso falar **com** os sujeitos envolvidos para ter a concordância, a adesão voluntária de todos, caso contrário, estarei falando **para** todos, o que não garante a adesão, e, sim, a seletividade natural de cada um para aproveitar o que lhe é dito ou não, ele pode escutar, mas não ouvir e nem compreender.

Essas mesmas preocupações deveriam ter os formuladores de propostas de políticas públicas de inclusão. Se compreendermos as políticas públicas como respostas que o governo dá às demandas sociais coletivas, necessariamente, devem ser considerados os sujeitos sociais. Conforme Silva (2008),

Respostas contextualizadas e precisas para cada ambiente escolar pedem flexibilidade na ação educativa, e isso se institucionaliza em projetos especificamente voltados para cada realidade, de modo a atender às expectativas sociais concretas do ambiente considerado (p.158).

Todo ser humano tem uma estrutura geral, universal, o que diferencia é que não necessariamente ele use todas as estruturas de uma vez e da mesma forma. No caso da inclusão, isto é muito importante, pois considerar que todos têm a mesma estrutura, e que geralmente só vemos as diferenças, considerar que um educando com deficiência tem uma vida psíquica e espiritual, pode mudar completamente o modo de o educador enxergar e se relacionar com a pessoa com deficiência, pois permite a nós passarmos do “eu”, o “outro” para “nós”. Na elaboração das políticas públicas de inclusão pode ocorrer o mesmo quando se tem em conta a realidade concreta dos sujeitos a serem incluídos.

ALES BELLO (2006, p. 37), diz que Husserl *conclui que temos um corpo baseando-nos na análise dos atos registrados por nós, isto é, das sensações corpóreas que registramos*. Termos consciência dos nossos limites corpóreos e a corporeidade é o momento preliminar a todos os nossos atos, é ela que nos dá a constituição do ser que nos localiza no espaço. Nessa linha de pensamento, fazemos a pergunta e, em seguida apresentamos a resposta: O que é estar em um lugar inclusivo? – primeiramente está o nosso corpo e a partir dele fazemos referências ao objeto físico e ao espaço. O espaço vivenciado está na base de todos os conceitos de espaço, ou seja, é aquele que permite o nosso movimento e a relação com o exterior, através da corporeidade.

Pensar em espaço inclusivo, numa visão humanista cristã, é considerar nesse espaço seus aspectos antropológicos, isto é, a pessoa que, necessariamente, precisa se mover, se relacionar dentro de um espaço com as outras coisas e com as outras pessoas que o constituem. A reflexão antropológica, portanto, é que permitirá a compreensão desse espaço, porque ele é constituído de pessoas que têm uma estrutura universal: corpo, alma (psique) e espírito. Entender o que é espírito é fundamental para compreender as ações das pessoas e é importantíssimo para compreender e constituir um espaço inclusivo. Ele é a nossa consciência, que nos permite dizer sim e não, é o livre arbítrio que o(s) outro(s) com que a pessoa se relaciona deve ouvir, levar em conta e respeitar.

Constituir um espaço inclusivo de *excelência*, necessariamente, precisa considerar o *amor*. *Amor*, no sentido de se colocar no lugar do outro, desejar o bem do outro e tratá-lo com equidade e, portanto, com dignidade, para depois ir em busca de técnicas que também são importantes, mas sozinhas não garantem e nem permitem a constituição do espaço inclusivo.

Mas por que adotamos a visão humanista cristã? Por ser a mais completa e que permite alcançar a *totalidade*. Isto é, enquanto o humanismo ateu considera o sujeito como indivíduo e considera apenas a subjetividade, o humanismo cristão dá um passo além, o sujeito é visto como pessoa que vitalmente precisa se relacionar com o outro, portanto sai da individualização e passa a ser pessoa dotada de desejos, sentimentos, pensamentos e consciência, leva em conta a *intersubjetividade*.

A pessoa para se sentir incluída plenamente, precisa se sentir feliz e o que é a felicidade? Para Santo Agostinho é “feliz é quem tem aquilo que quer”. Mas como posso saber o que quero sem primeiro sem ter a resposta de “quem sou eu?”, “de onde vim”, “para onde vou?” “com quem posso contar?”. Essas respostas nós poderemos tê-las com a ajuda da antropologia filosófica que, no fundo, colabora para a descoberta de um sentido para a vida. Se me dou conta de que sou criatura, que posso contar com Alguém que me apóia – *se eu permitir* e, ainda, que serei também acolhida por Ele – *se eu permitir*, a pessoa torna-se mais segura de si, compreende que nunca está só e, ainda, que a verdadeira felicidade não são conquistas materiais, porque essas após a aquisição, logo podem perder o valor e nasce um novo desejo de um novo querer... A antropologia filosófica o ajudará a compreender que a verdadeira felicidade não deve ser buscada no ambiente externo do seu ser, mas no seu interior. Essa antropologia é

tão importante para a pessoa em formação, quanto para os formadores e também para os formuladores das políticas públicas. Pois se têm essa consciência do que é o ser, do que é o ente, ele terá compreendido que o ato de governar deve ser em prol do bem-comum e não do bem próprio.

Nessa linha de pensamento, a pessoa necessariamente deverá ter também a visão de homem como ser de relações e a experiência de vida em comunidade. Pois é na comunidade que cada pessoa considera sua liberdade e respeita a do outro e a partir dessa relação leva em conta o projeto comum. Esse projeto deve ser útil para todas as pessoas envolvidas. A pessoa, na comunidade, pode ser considerada singularmente e cada um pode se realizar nela, já que sozinho o ser humano não consegue atingir sua plenitude.

A comunidade só se forma quando cada pessoa que a constitui a aceita como lugar de seu movimento individual. É preciso que haja disponibilidade psíquica e espiritual. O valor da reflexão antropológica para a concretização de políticas públicas de inclusão é fundamental, já que o ser humano é o “objeto” a ser incluído.

Conhecer a si mesmo como pessoa, considerar o outro também como pessoa que possui desejos, vontades, medos, crenças, permite estabelecer uma melhor relação entre os envolvidos no processo de inclusão e, ao formular e implantar políticas públicas de inclusão esses valores podem, assim, ser incorporados efetivamente.

Referências bibliográficas

ALES BELLO, Ângela. Introdução à fenomenologia. Tradução Ir. Jacinta Turolo Garcia e Miguel Mahfoud. Bauru: Edusc, 2006.

LAUAND, Jean. Filosofia, Linguagem, Arte e Educação. 20 conferências sobre Tomás de Aquino. São Paulo: Factash, 2007.

MACHADO, E. V. (Coord.); Mazzaro J.L. Diálogos com o professor sobre inclusão: fatos e histórias. Brasília: LGE, 2008.

PIEPER, Josef. Abertura para o todo: a chance da universidade. Ensaio. Trad. e introdução Gilda Naecia Maciel de Barros e Luiz Jean Lauand. São Paulo: APEL, 1989.

_____. Que é filosofar? Tradução Francisco de Ambrosio Pinheiro Machado. São Paulo: Loyola, 2007. (Leituras Filosóficas).

SILVA, Jair Militão da. A unidade como critério de conhecimento e ação. **Notandum**, 20, São Paulo: CemOrOc/EDF/Feusp; IJI - Universidade do Porto; maio-ago2009, p. 27-32. (<http://www.hottopos.com/notand20/jair.pdf>)

_____. A educação pode mudar... e eu com isso? In São Paulo-SP, Secretaria Municipal de Educação. **Educação: fazer e aprender na cidade de São Paulo**. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 2008.

_____. Políticas públicas em educação e formação docente: o problema da (in)disciplina examinado sob a ótica de um "currículo formativo". In: João Gualberto de Carvalho Meneses; Sylvia Helena S. S. Batista. (Org.). **Revisitando a prática docente: interdisciplinaridade, políticas públicas e formação**. São Paulo - SP: Pioneira Thomson Learning, 2003.

_____. Demanda passiva e equidade em educação: um desafio para os educadores democrata. **Revista Renascença de Ensino e Pesquisa**. São Paulo, n. 3, p. 9-11, jan/jul.2001.

_____. A consideração da dignidade humana como critério de formulação de políticas públicas. In Marcílio M. L.; Pussoli, Lafaiete. **Cultura dos direitos humanos**. São Paulo: LTR, 1998. (Coleção Instituto Jacques Maritain)

Recebido para publicação em 07-06-11; aceito em 11-07-11